

20 e 21 de Março de 2025.

📍 GOIÂNIA - GO

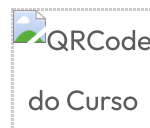
CURSO: ASSESSORIA JURÍDICA EM LICITAÇÕES E CONTRATOS – Conforme a Lei n.º 14.133/2021.

A Assessoria e Consultoria Jurídica em Licitações e Contratos desempenham um papel estratégico nas Administrações Públicas, assegurando a conformidade dos processos de contratação com as normas vigentes. Com a promulgação da Lei nº 14.133/2021, que introduziu inovações nas regras de licitações e contratos administrativos, destaca-se ainda mais a relevância desses profissionais.

Essa responsabilidade demanda uma atuação mais especializada, fornecendo interpretações precisas e orientações jurídicas fundamentadas para garantir a conformidade e contribuir para a qualidade das decisões administrativas.

Portanto, é essencial que esses profissionais estejam atualizados para lidar com essas mudanças. Nesse contexto, desenvolvemos este curso com o objetivo de capacitar e atualizar Assessores e Consultores Jurídicos, preparando-os para atuar em conformidade com a nova legislação.





carga horária

16 (dezesseis) horas/aula.

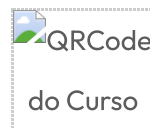
–1º dia: Das 8h às 12h e das 13h às 17h;

–2º dia: Das 8h às 12h e das 13h às 17h;

objetivo

- Proporcionar uma compreensão aprofundada da legislação vigente relacionada a licitações e contratos, incluindo as atualizações mais recentes, em especial a Lei nº 14.133/2021;
- Capacitar os participantes para interpretar corretamente as normas e aplicá-las de maneira eficaz no âmbito prático, garantindo a conformidade legal dos processos;
- Preparar os profissionais para lidar com as inovações e atualizações constantes na legislação, assegurando que estejam sempre atualizados;
- Desenvolver habilidades para fornecer interpretações precisas e orientações jurídicas fundamentadas, contribuindo não apenas para a conformidade legal, mas também para a qualidade das decisões administrativas;
- Refletir a respeito do papel da assessoria jurídica nas licitações e contratações públicas com base na Lei nº 14.133/2021.
- Capacitar os profissionais a elaborar manifestações consultivas com segurança jurídica, atendendo às demandas da Administração Pública.





público-alvo

- Advogados, Procuradores, Assessores e Consultores Jurídicos;
- Agentes Públicos que atuam com Licitações e Contratos;
- Consultores da Administração Pública;
- Controladores, Auditores e demais Agentes de Controles Interno e Externo;
- Ordenadores de despesas; e
- Demais Profissionais envolvidos ou interessados nos procedimentos e práticas de assessoria e consultoria jurídica no âmbito das licitações e contratos administrativos.

local do curso

EXCELÊNCIA EDUCAÇÃO

(Auditório 4º Andar)

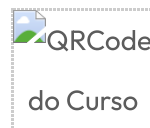
Endereço: Rua 72, nº 325, Edifício Trend Office,
Jardim Goiás, Goiânia-GO.



programação

7h30min às 8h – Credenciamento;
8h – Início – manhã;
9h30min – Coffe-Break;
12h às 13h – Almoço Livre;
13h – Início – tarde;
15h:30min – Coffe-Break;
17h – Encerramento;





professores



RENILA BRAGAGNOLI

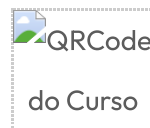
Advogada e Secretária de Integridade da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Parnaíba (CODEVASF). Mestranda Políticas Públicas e Governo pela FGV. Especialista em Políticas Públicas, Gestão e Controle da Administração pelo IDP. Foi Assessora da Casa Civil da Presidência da República e Gerente da Procuradoria Jurídica da Empresa de Planejamento e Logística - EPL. Membro da Comissão Estatais do IBDA. Professora de cursos de pós-graduação na temática licitações e Palestrante na área de contratações públicas.



PLÍNIO PIRES

Advogado; Mestre em Direito pela PUC-GO; Professor de Licitações e Contratos na pós-graduação do IPOG. Atuou como Procurador Chefe Administrativo; Foi Servidor Público do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, exercendo função de Assessor Jurídico de Juiz de Direito; E possui experiência docente em Direito Administrativo.





conteúdo programático

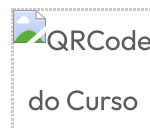
ASPECTOS GERAIS DA ATIVIDADE DE ASSESSORAMENTO E CONSULTORIA JURÍDICA.

1. O papel do Assessor Jurídico;
2. As espécies de parecer jurídico e seus reflexos;
 - 2.1 O parecer jurídico nas licitações e contratos;
3. Requisitos do parecer jurídico;
4. A responsabilidade do parecerista. Os entendimentos do STF e do TCU;
5. A análise jurídica das minutas de editais e contratos na Lei nº 14.133/2021;
6. O assessor jurídico na Nova Lei de Licitações e Contratos;
 - 6.1 A gestão de riscos e o órgão de assessoramento jurídico;
 - 6.2 Controle da legalidade;
 - 6.3 Assessoramento de agentes que atuam no processo de contratação;
 - 6.4 Elaboração de minutas padrão;
 - 6.5 Análise jurídica do processo de contratação;
 - 6.6 Prováveis impactos da mudança de papel na responsabilização do assessor jurídico;
 - 6.7 Boas práticas consultivas.

A ANÁLISE JURÍDICA DA FASE INTERNA DA LICITAÇÃO.

1. Abertura do processo administrativo;
2. Identificação da demanda e a justificativa da contratação;
3. A indicação da fonte de recursos orçamentários;
4. Os documentos técnicos e sua aprovação pela autoridade competente;
5. Análise dos requisitos de competitividade;
6. Orçamentação: verificação da existência de pesquisa de preços e análise de custos;
7. O parcelamento do objeto x fracionamento de despesa;



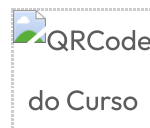


8. A eleição da modalidade licitatória e o tipo de licitação;
9. Os critérios de seleção;
10. A vedação os requisitos que frustrem a competitividade;
 - 10.1 habilitação jurídica;
 - 10.2 qualificação técnica;
 - 10.3 qualificação econômico-financeira;
11. A existência de mecanismos para aquisição de bens (marca, modelo, amostra e outras certificações);
12. Minuta de Edital: cláusulas sensíveis;
 - 12.1 Visita técnica;
 - 12.2 Conselho profissional;
 - 12.3 Atestados de capacidade técnica;
 - 12.4 Consórcio;
 - 12.5 Cooperativas;
 - 12.6 Subcontratação;
 - 12.7 Quadro permanente.

O PREGÃO ELETRÔNICO, O SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS E PANORAMA GERAL DA LEI 14133/21.

1. Processo Licitatório.
 - 1.1 O planejamento da contratação;
 - 1.2 A cotação de preços;
 - 1.3 A utilização da modalidade;
 - 1.3.1 Bens e serviços comuns;
 - 1.3.2 Utilização do pregão pelas Estatais;
2. O Sistema de Registros de Preços;
 - 2.1 O procedimento auxiliar;
 - 2.2 Os limites de adesão;





2.3 Ata x contrato;

2.3.1 A validade da ata;

2.3.2 A vigência do contrato;

2.3.3 Aditivo no contrato;

2.3.4 Vedação à alteração nos quantitativos registrados em ata;

3. Panorama geral da Lei 14.133;

3.1 Contextualização. Definições. Inovações. Procedimentos.

O PROCESSO DE CONTRATAÇÃO DIRETA, DISPENSA ELETRÔNICA E CREDENCIAMENTO.

1. Dispensa x inexigibilidade de licitação;

2. Licitação deserta x licitação fracassada;

3. A dispensa em razão do valor;

3.2.1 A prorrogação de prazo na contratação por dispensa em razão do valor;

4. A dispensa emergencial;

4.1 A prorrogação de prazo na contratação emergencial;

5. Outras hipóteses de dispensa de licitação;

6. A inexigibilidade de licitação;

6.2 Os atestados de exclusividade;

6.2 Serviços técnicos especializados;

6.3 Notória especialização;

7. A instrução do processo;

7.1 Situação emergencial/calamitosa que justifique a contratação;

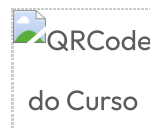
7.2 Justificativa da escolha do fornecedor;

7.3 Justificativa do preço;

8. Questões relevantes sobre a dispensa eletrônica;

9. Aspectos do credenciamento.





A EXECUÇÃO DO CONTRATO.

1. Aspectos gerais;
 - 1.1 Manutenção das condições de habilitação;
 - 1.2 Termo aditivo;
 - 1.3 Apostilamento;
2. Alterações contratuais de valor/planilha;
 - 2.1 O limite de 25% e de 50%;
 - 2.2 A vedação à compensação;
 - 2.3 A alteração superior a 25%;
 - 2.4 Complementação da caução;
3. Alteração de prazo;
 - 3.1 Justificativa;
 - 3.2 Recursos financeiros;
4. Manutenção do equilíbrio econômico-financeiro;
 - 4.1 Reequilíbrio econômico-financeiro;
 - 4.2 Repactuação;
 - 4.3 Reajustamento;
5. Alterações consensuais;
6. A rescisão contratual.

O PROCEDIMENTO SANCIONADOR.

1. Aspectos gerais;
2. Tipo de sanções;
3. Proporcionalidade da pena;
4. Contraditório e ampla defesa.



incluso



Material de Apoio Exclusivo



01 Livro | Coletânea:
Legislação de Contratações
Públicas.



04 Coffee Break's

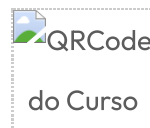


Certificado de Participação
(Digital)

informações importantes

* O Certificado será entregue ao final do curso, aos participantes que cumprirem no mínimo 75% da carga horária total.

* A Excelência Educação se reserva no direito de adiar ou cancelar qualquer curso, caso haja insuficiência de quórum.



política de cancelamento

- 1 - Você pode cancelar a sua inscrição até 48 (quarenta e oito) horas antes da data de início do curso, após esse período não é possível o cancelamento ou reembolso do valor da inscrição.
- 2 - Para solicitar o seu cancelamento, envie um email para contato@excelenciaeducacao.com.br
- 3 - Em caso de não comparecimento do(a) participante ao curso, não haverá ressarcimento de qualquer valor a(o) Participante.

investimento

INSCRIÇÃO

R\$1.800,00

* Consulte valor promocional para grupos

FORMAS DE PAGAMENTO

Pix, TED, Boleto Bancário, Cartão de Crédito (em até 12x - com juros)

DADOS BANCÁRIOS

EXCELÊNCIA EDUCAÇÃO E ENSINO LTDA.

CNPJ: 26.855.539/000116

BANCO DO BRASIL

Agencia: 1452-4

Conta Corrente: 65.612-7

CHAVE PIX

CNPJ: 26.855.539/000116

